



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **3000283-98.2013.8.26.0233**  
Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Subtração de Incapazes**  
Autor: **Justiça Pública**  
Réu: **Ericka Szurkalo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares** assumindo esta Vara Distrital até instalação de sua nova vara, conforme designação da E. Presidência do TJSP.

Vistos.

Trata-se de ação penal contra Erika Szurkalo pela prática do crime previsto no art. 339 do Código Penal, eis que no 08 de novembro de 2013 às 10:10 minutos, na Delegacia de Polícia de Ibaté, imputou crime a Erick Silva de Brito, embora soubesse que ele era inocente, dando ensejo a investigação policial contra este por crime de subtração de incapaz.

A denúncia de fls. 11 veio instruída com os documentos de fls. 02/10 e foi recebida aos 17 de fevereiro de 2014 (fls. 12).

Resposta à acusação às fls. 27.

Ausentes as hipóteses que pudessem ensejar absolvição sumária foi ratificado o recebimento da denúncia e designada instrução (fls.28).

Audiência de instrução realizada aos 29 de maio de 2014 com a oitiva de Erick da Silva Brito. A ré foi interrogada, tudo em conformidade com mídia audiovisual encartada nos autos.

Em debates o Ministério Público requer a absolvição da ré, pois ela não teria agido de forma dolosa. Ao seu entender ela agiu imbuída por sentimento materno e resolveu fazer a denúncia de forma inconsciente. Sustenta ser caso de intervenção penal mínima e que ela merece ser absolvida.

**3000283-98.2013.8.26.0233 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

A defesa, a seu turno, ressalta a ausência de dolo e requer, igualmente, a absolvição da ré.

\*\*\*\*\*

**DECIDO.**

**1 - ) Das provas:**

A **materialidade delitiva** está demonstrada pelos documentos de fls. 02/10 que evidenciam a denúncia caluniosa.

Houve, portanto, modificação do mundo naturalístico pela conduta que ensejou a instauração de investigação criminal contra pessoa sabidamente inocente, estando atendido o princípio da materialização do fato.

No que se refere à **autoria** do delito há elementos fidedignos que sustentam a pertinência subjetiva passiva da denúncia.

Com efeito, a ré é confessa. Declarou em solo policial e em Juízo que de fato registrou ocorrência contra Erick de forma indevida, pois tinha consentido que a filha do casal ficasse com o pai. Relatou que ficou “com medo” e fez a denúncia para se proteger, mas depois resolveu “retirar a queixa”.

Erick, por sua vez, confirma que a ré lhe entregou a criança porque não tinha condições de cuidar dela e por isso estava com a guarda da criança. Ficou sabendo que tinha sido acusado de sequestrador e isso perdura até hoje. Relata que a ré já fez outras denúncias inverídicas em relação a sua pessoa e pretende retomar a guarda da criança.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

A confissão da ré está em concordância com os demais elementos de prova e é suficiente para dar suporte à acusação, conforme artigos 155 e 197, ambos do Código de Processo Penal.

O Juízo não vislumbra a falta de dolo, pois é evidente que a ré tinha clara consciência das graves acusações que fez, tanto é que procurou, posteriormente, retratar-se.

Tal panorama evidencia plena ciência do caráter injusto da denúncia e a alteração posterior da versão somente demonstra com mais clareza que no momento inicial a ré teve claro intuito de imputar crime ao pai de sua filha. Ninguém se dirige a uma Delegacia de Polícia de forma imprudente, despretensiosa. Quando há procura por uma Autoridade Policial é porque a parte pretende informar um ilícito.

Como visto, Erick sofre consequências até hoje pela injusta fama que lhe foi imposta. Foi chamado à Delpol para prestar esclarecimentos sob os fatos – fls. 07, o que demonstra que houve movimentação do Estado para investigar a acusação infundada.

Portanto, não estou convencido de que a ré tenha agido apenas de forma leviana, precipitada. Sua conduta teve consequências e a mentira levado ao conhecimento da Polícia não pode ser estimulada.

Assentada a autoria e materialidade do delito e ausentes justificativas ou dirimentes capazes de afastar, respectivamente, a antijuridicidade da conduta e a culpabilidade de **Erika Szurkalo**, a sanção penal é medida inexorável para concretização dos escopos de prevenção geral positiva e prevenção especial colimados pelo sistema punitivo.

\*\*\*\*\*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

*Ex positis*, **JULGO PROCEDENTE** a denúncia de fls. 11 para **CONDENAR Erika Szurkalo** pela prática do crime capitulado no artigo 339 do Código Penal, passando a dosar-lhe as penas, nos termos do artigo 68 do mesmo diploma.

Analisadas as diretrizes do artigo 59 do Código Penal a **culpabilidade** é normal à espécie. A ré não **ostenta antecedentes até o momento**, conforme súmula 444 do E. STJ. Sua **conduta social e personalidade** não devem influenciar negativamente a reprimenda, pois tal valoração implica apologia ao direito penal de autor, fenômeno antigarantista que não conta com o entusiasmo deste magistrado. O **motivo** do delito não recomenda acréscimo. As **circunstâncias** do delito não destoam daquelas em que ocorrem fatos semelhantes, ao passo que as **consequências** não foram graves.

Na primeira fase, atentando às diretrizes do artigo 59 do Código Penal, fixo a pena no mínimo legal estabelecendo-a em 2(dois) anos de reclusão e 10(dez) dias-multa.

Nada mais altera a pena, notadamente diante da súmula 231 do E. STJ.

Fixo o regime **aberto** para cumprimento da pena.

Atento às diretrizes do artigo 44 do Código Penal, **SUBSTITUO** a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, consistentes em **prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas**, pelo mesmo período da pena substituída (art. 55, CP), devendo ser cumprida à razão de 1(uma) hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho (art. 46, § 3º CP), em local a ser designado pelo Juízo da Execução (art. 149, I, LEP) e **multa substitutiva**, que fixo no mínimro legal, qual



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

seja, 10(dez) dias-multa, na proporção de 1/30 do salário-mínimo vigente à época do fato, cada dia-multa.

**CONDENO** a ré ao pagamento das custas processuais que fixo em 100 UFESP's, observado o disposto no art. 12 da Lei 1060/50.

Oportunamente, **após o trânsito em julgado** desta decisão, adotem-se as seguintes providências:

- a- ) Expeça-se guia de execução definitiva;
- b- ) Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686 do Código de Processo Penal;
- c- ) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com sua devida identificação, acompanhada de fotocópia desta decisão, para cumprimento do disposto nos artigos 71, §2º do Código Eleitoral c/c inciso III do artigo 15 da Constituição da República;
- d- ) Oficie-se ao órgão responsável pelo cadastro de antecedentes criminais deste Estado para as anotações necessárias
- e- ) Honorário do dativo em 70% da tabela.

A ré poderá apelar em liberdade, pois respondeu ao processo nesta condição, o que demonstra a ausência dos fundamentos para a prisão preventiva.

Saem intimados. Registre-se e cumpra-se.

Ibaté, 29 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibate - SP - CEP 14815-000**